

ELETROBRAS / ELETROSUL

PROPOSTA INDECENTE

Proposta para pagamento de PLR apresentada pela Eletrobras levará trabalhadores à greve por tempo indeterminado

Indecente e desrespeitosa com os trabalhadores. Foi assim que o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) classificou a proposta da Eletrobras de Participação nos Resultados (PLR) para o exercício 2014. Apenas 70% de uma folha salarial como reconhecimento do esforço da categoria é uma afronta aos trabalhadores e suas entidades repre-

sentativas. Enquanto o desempenho operacional das empresas e a produtividade do trabalho está crescendo, a proposta de PLR apresentada pela direção da empresa representa 35% do que foi pago o ano passado. Os trabalhadores estão indignados e têm reproduzido manifestações como esta que passamos a transcrever:

"Então se o nosso desempenho está muito bom e se a perspectiva para os próximos anos é ainda melhor, por que não pagar uma PLR justa em reconhecimento ao nosso trabalho?"

"A proposta da Eletrobras para pagamento de PLR esse ano e anos seguintes é muito ruim para os trabalhadores. As empresas do grupo reduziram seu corpo funcional, reduziram custos, estão mais eficientes operacionalmente, ou seja, em matéria de RESULTADO estamos ótimos. Por conta da redução da receita de ativos e ampliação do sistema elétrico, ou seja, devido a mais investimentos no setor, não estamos tendo muito lucro, mas estamos nos recuperando muito bem e crescendo. Então se o nosso desempenho está muito bom e se a perspectiva para os próximos anos é ainda melhor, por que não pagar uma PLR justa em reconhecimento ao nosso trabalho?"

A proposta atual da Eletrobras para este ano de 0,7 de 1 folha, é inaceitável. O ideal seria 100% vinculado ao resultado, pois a PLR dependeria basicamente do desempenho dos trabalhadores, e não de decisões de gestão e investimentos que, apesar de serem boas, se refletem em perda de lucro, e também não dependeria de decisões políticas, que após a MP 579 tem gerado todo ano esse transtorno na negociação desse valor.

A PLR é um direito conquistado e o valor base para pagamento costumava ser 2 folhas até a MP 579. Essas constantes mudanças no Termo de Pactuação e dificuldade de negociação dos valores a serem pagos aos trabalhadores tem gerado muita insegurança e insatisfação. A PLR é um fator motivacional muito grande para os trabalhadores que já tem aumentado sua carga de trabalho nos últimos anos e tem tido um desempenho cada vez melhor"

Opinião da trabalhadora Gabriela França Hermenegildo

Provocada pelo CNE, a direção da Eletrobras confirmou uma nova reunião com a representação dos trabalhadores para o dia 27/05. Caso a proposta não evolua satisfatoriamente, a greve por tempo indeterminado já foi aprovada pela categoria em assembleias e deve

se iniciar em 01/06 em todas as empresas do Grupo Eletrobras. Até o fechamento desta edição a reunião ainda não havia terminado. Acompanhe os boletins do CNE e do seu sindicato para saber sobre a reunião com a Eletrobras e os possíveis encaminhamentos da greve.



Representantes da Intersul estão acompanhando o CNE na negociação da PLR com a Eletrobras

**TODOS JUNTOS
POR UMA PLR
JUSTA!**

**TRIBUNA LIVRE:
INVENCIONICES**



PG. 2

**CELESC APRESENTA
PROPOSTA PARA OS
COD'S, MAS PROJETO
PILOTO CONTINUA**

PG. 2-3

**DIRETOR ASSEDIA
TRABALHADORES POR
NÃO CONCORDAR COM
RESULTADO DE GT**

PG. 3

TRIBUNA LIVRE

INVENCIONICES

por Mário Jorge Maia

"O saco de maldade é grande, a lista é enorme. Eles me fazem lembrar de um personagem da época quando lia meus gibis na infância: o tal professor Pardal, grande inventor de traquitanas"

Às vezes refletindo sobre negociações dos ACTs (Acordos Coletivos de Trabalho), os GT (Grupos de Trabalhos) e outras mesas de reuniões fico pensando de onde alguns trabalhadores/as enquanto representantes das empresas criam ou imaginam propostas para oferecer ao coletivo da classe trabalhadora.

O saco de maldade é grande, a lista é enorme. Eles me fazem lembrar de um personagem da época quando lia meus gibis na infância: o tal professor Pardal, grande inventor de traquitanas.

O Professor Pardal é o inventor mais famoso de Patópolis e poderia ser um destes trabalhadores que representam a empresa nas negociações com os sindicatos. Pardal é amigo das pessoas e tem bons sentimentos com todo mundo embora ocasionalmente provoque reações irritadas devido a alguns desastres provocados pelos seus inventos. Pardal é ajudado frequentemente por um pequeno androide com uma lâmpada no lu-

gar da cabeça (Lampadinha), que é considerado sua maior invenção. Possui outros assistentes considerados prodígios que encontram soluções criativas em todas as situações como a lanterna que projeta escuridão, o termômetro para electricistas e técnicos que trabalham no verão.

Mas suas melhores invenções estão mesmo nos grupos de trabalho que normalmente coordena. Uma de suas grandes criações é o "distorcedor de fatos". O pessoal que compõem o GT estuda, pesquisa, viaja, concorda, discorda, entra em consenso e então elabora o relatório. E o professor Pardal já põe em prática, só que ele usa o distorcedor de fatos, gerando uma crise aos cidadãos de Celescópolis. Este é o caso, por exemplo, da regionalização do COD. Outra história é a da criação do faturamento: professor Pardal e Lampadinha elaboraram toda dinâmica e escolheram os trabalhadores/as para o novo local de trabalho, só esqueceram-se de conversar com tais empregados e as gerências, achando que toda invenção tem que dar certo.

Porém fico em dúvida sobre o personagem dessa história. Nos gibis existe um arqui-inimigo do Pardal, trata-se de um inventor do mau, Professor Gavião sempre tentando roubar suas invenções. Será que os dois vão continuar com a ideia de receber a PERI sem ir a campo?



Mário Jorge Maia é trabalhador da Celesc e diretor do Sinergia

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricistas de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161
E-mail: sindisc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

CELESC

CELESC APRESENTA NOVA PROPOSTA PARA OS COD'S, MAS PROJETO PILOTO CONTINUA

Após sindicatos abandonarem GT por conta de projeto piloto unilateral, diretoria apresenta nova proposta para o despacho

Após a reunião da última semana, onde os sindicatos da Intercel deixaram claro ao presidente que enquanto a Celesc mantivesse um projeto piloto para a Centralização dos COD's os dirigentes sindicais não participariam mais do debate no Grupo de Trabalho (veja matéria na edição 1267 do LV), aconteceu em Florianópolis nesta terça-feira, dia 26, reunião entre sindicatos e diretoria para tratar do assunto.

A reunião foi um pedido do presidente, que já havia solicitado à Intercel, que o diálogo fosse mantido mesmo com o piloto em curso. Os sindicatos aceitaram participar da referida reunião, onde mantiveram o posicionamento de que não há possibilidade de discussão de um novo projeto com o piloto sendo realizado paralelamente.

Mesmo assim a diretoria apresentou aos sindicatos uma nova forma de trabalho nos COD's. A nova lógica da empresa é completamente diferente da proposta que até o momento vinha sendo discutida no GT. Os sindicatos da Intercel reiteraram que o debate só retorna com o fim do projeto piloto e que a pauta deverá respeitar o bom atendimento a população e a segurança dos



trabalhadores.

A diretoria optou, ao menos até o presente momento, por manter o projeto piloto de centralização dos COD's assumindo assim todos os riscos. Por esse motivo é importante deixar claro que a reunião acontecida ontem foi apenas informativa. Deve ficar claro também que, o encaminhamento dos sindicatos é de avaliar junto a categoria, principalmente os despachantes, o novo projeto apresentado pela empresa. Para isso será organizada novamente uma reunião estadual para discutir o assunto, em data a ser divulgada nas próximas semanas.

REFORMA POLÍTICA

REFORMA POLÍTICA DE CUNHA QUER LEGALIZAR A CORRUPÇÃO

Presidente da Câmara quer regulamentar o financiamento privado de campanhas, dando forma à corrupção

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha quer regulamentar a corrupção na política brasileira. Cunha vem tentando emplacar uma reforma à parte, sem considerar a vontade do povo brasileiro. O principal ponto de sua proposta é a liberação do financiamento privado de campanha.

Ao regulamentar o financiamento privado de campanhas, a política brasileira estará colocando um preço em seu mandato. As instâncias representativas que deveriam ser do povo, passam ainda mais para as mãos dos ricos e poderosos.

A proposta de Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, foi solenemente desprezada pelos deputados. A proposta de Cunha não é "reforma" alguma: é sistema eleitoral individualista, matando de vez a ideia de partido (o tal "distritão"), e financiamento empresarial constitucionalizado, para evitar decisão contrária do STF. É uma contra-reforma para reforçar quem já tem o poder e afastar ainda mais o sistema político das necessidades da população.

Em votação na última terça-feira, dia 26, os deputados rejeitaram o financiamento privado e o voto distrital. Foi uma primeira vitória, mas precisamos ficar vigilantes pois Eduardo Cunha não desistirá de emplacar este absurdo.



CELESC

DIRETOR DE PLANEJAMENTO ASSEDIA TRABALHADORES POR NÃO CONCORDAR COM TRABALHO DE GT

Transferências para outras áreas são usadas como forma de assédio

Inconformado com a conclusão de um grupo de trabalho, o Diretor de Planejamento e Controle Interno da Celesc está perseguindo integrantes do grupo. Formado por meio da Deliberação 144/2014, o grupo foi criado para avaliar os processos internos da empresa e a possível extinção dos processos de trabalho incorporados da extinta Divisão de Organização e Métodos.

Após dois meses de estudo, o GT concluiu que devem ser mantidas as atribuições da extinta DVOG na atual Divisão de Controle Interno (DVCI), por ela ser imprescindível para manter uma organização nos documentos coletivos da empresa.

Segundo o grupo, o fato de transferir essa atividade para outra divisão resultaria numa movimentação dos empregados envolvidos na DVCI, o que causaria desgastes e custos desnecessários para a empresa. Outra justificativa é que as áreas citadas como alternativas de alocação para a DVOG, ASAD e DVGD, não dispõem de estrutura adequadas - estão saturadas de serviços e pleiteando mais mão de obra, além de não estarem preparadas fisicamente para receber esta divisão.

O grupo propõe também a criação de duas novas vagas para a DVCI, já que esta divisão

CUTUCADAS

A (I)LÓGICA DA DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

A Diretoria da Celesc, através da de-liberação nº 106/2015, instituiu um Grupo de Trabalho para debater a criação de uma Gratificação de "Dedicação Exclusiva" para os Advogados da Celesc. A (i)lógica para isto é que os advogados Celesc têm que dedicar todo o seu tempo para a empresa, não podendo ter outro emprego ou mesmo seu escritório.

Sim, caro trabalhador, você não leu errado. Essa é a justificativa para a criação de mais uma aberração na empresa. De tempos em tempos propostas como esta surgem na Celesc. Mais

do que um despropósito, esta ideias prejudicam o debate sério sobre o valor das remunerações na empresa, que deve ser feito através do Plano de Cargos e Salários.

Ao invés de buscar justificativas para beneficiar uma só categoria, a diretoria deveria encaminhar de uma vez por todas a discussão sobre a revisão do PCS, cláusula do ACT que impacta sobre todos os trabalhadores da empresa.

Que a Celesc não crie mais uma situação impossível de administrar e que refletirá na manifestação da categoria em busca de isonomia.

UMA CAIXINHA PARA MEU AMIGO

Parece que nenhum presidente da Celesc resiste à criar uma caixinha. O atual até tentou vender a ideia de que estaria diminuindo os cargos, quando cortou algumas (e não todas) das caixinhas criadas pelo seu antecessor.

Agora, quando seu amigo ficou sem

cargo, veio a solução: criar um cargo. Então agora o presidente da Celesc tem um Assistente para Assuntos Estratégicos.

O interessante é que quando o interesse é deles, as coisas acontecem do dia para a noite, na surdina. Para o trabalhador, é sempre com muita luta.

passaria a ter duas atribuições distintas: de Controle Interno e de Organização e Métodos, e conseqüentemente, exigiria um reforço para o RH da atividade de Controle Interno.

Duas visitas técnicas, uma a Eletrosul e a outra a Tractebel, tiveram papel fundamental para as conclusões propostas pelo Grupo de

"É inadmissível que um diretor assedie trabalhadores para exercer seu ponto de vista utilizando a transferência para outras diretorias como forma de retaliação"

Trabalho. Na Tractebel, a visita, que foi realizada no dia 24 de fevereiro deste ano, apresentou um breve histórico sobre os documentos normativos, desde a privatização até hoje. Foi constatado que a extinção da Divisão de O&M, após a terceirização, revelou-se um fracasso, pois cada área ficou responsável por suas normas e especificações. O resultado foi a monta de 11 mil documentos normativos em toda a empresa.

A situação só foi melhorar a partir de 2012,

quando iniciou-se um processo de centralização na área com a reestruturação de um setor de O&M.

Já na Eletrosul, a visita do dia 25 de fevereiro, expôs o trabalho do Setor de Documentação e Organização e Métodos (SETOM). O SETOM, composto atualmente por três funcionários, é responsável pelo mapeamento dos processos, elaboração de normas e pelo manual de competências da Eletrosul. Além disso, o trabalho do SETOM tem apoio do Comitê de Normas, grupo permanente formado por membros de todas as diretorias da empresa que faz a análise das normas antes de elas serem publicadas.

Só após a aprovação deste comitê que as normas são encaminhadas para a aprovação final da Diretoria Executiva. Questionados por uma alternativa de descentralização ou extinção da área na Eletrosul, os responsáveis são enfáticos ao afirmarem que esta possibilidade está descartada.

Independente das conclusões do grupo, é inadmissível que um diretor assedie trabalhadores para exercer seu ponto de vista e retalie com a transferência de trabalhadores para outras diretorias e departamentos. A Intercel vai se reunir com a empresa para discutir o assunto.

IMIGRANTES ILEGAIS, COLONIZADORES LEGAIS

POR RAFAEL REGINATTO



Não há no Genesis alusão alguma à destruição da Torre de Babel. Sabe-se, no entanto, que Javé - o Deus hebraico, ao ver a torre, misturou os homens que lá habitavam e criou as muitas línguas e dialetos que temos hoje no mundo. Mas suponhamos que Deus ou algum deus tenha mesmo destruído a tal torre e criado, a partir de sua destruição, essa miscelânea de línguas. Estaria ele satisfeito agora com o fato de, sob os auspícios da novíssima geografia política do mundo e dos diferentes estatutos de língua, alguns povos só poderem habitar em determinados lugares, sendo impedidos de viverem onde desejarem? E se somarmos a esse desejo o desespero humano da fuga de uma guerra civil, da tortura, da fome, da morte anunciada?

A Igreja Católica, por intermédio do papa Francisco, parece querer salvar seu "coro-sudário" no triste caso dos imigrantes da Líbia que tentam, em condições dantescas, atravessar o Mediterrâneo para alcançar o sul da Itália. O papa já apelou às autoridades da União Europeia para que se sensibilizem com o fato. É lógico que nenhum pronunciamento papal ocorreria se uma tragédia que vitimou centenas de africanos num bote superlotado não tivesse acontecido, ainda mais em local tão próximo à costa italiana, tão perto da imponente Basílica de São Pedro. De qualquer forma, o papa Francisco, em seu ímpeto carismático de não deixar naufragar a religião católica no mundo, acertou em seu discurso ao se refe-

rir à dor, sofrimento e morte no Mediterrâneo. Mas é preciso apenas lembrar ao santo papa e ao mundo um outro detalhe, antes que se esqueçam do que aconteceu no Mediterrâneo e o assunto volte a naufragar na memória.

Depois da suposta destruição da Torre de Babel, ergueram-se no mundo Torres de Marfim. A Europa e os Estados Unidos parecem

"Se desejam que os chamados ilegais não adentrem em seu sagrado território, não seria também justo que os deportassem de volta com toda a riqueza milenarmente usurpada à conta da colonização?"

ser bons exemplos. Encastelados em seus mundos, como se jamais tivessem saído deles, invadido outros territórios, subjugados raças e colonizado povos, colocam-se agora como guardiões das portas do Paraíso. Se desejam que os chamados "ilegais" não adentrem em seu sagrado território, não seria também justo que os deportassem de volta às suas terras juntamente com toda a riqueza milenarmente usurpada à conta da colonização? Talvez assim estariam devolvendo esses "ilegais" para

um lugar mais "legal" de se viver, de alta renda per capita, de menores desigualdades e certamente livres de guerras civis fratricidas. Quem sabe assim as toneladas de ouro retiradas da África e da América não estivessem com quem, de direito e de território, deveriam estar? Devolver à origem, juntamente com os imigrantes ilegais, a riqueza roubada de suas terras impediria milhares de mortes, caça a traficantes de pessoas e tanta dor de cabeça como a que agora acomete aos líderes da União Europeia, incapazes de alcançarem consenso sobre o caso. Não se trata apenas de saldar uma dívida histórica, trata-se de não se matar pela segunda vez os descendentes daqueles que no passado já foram mortos pelos mesmos algózes em sua própria casa.

Um dos riscos que se correria, nesse caso, é o do fechamento de alguns museus na Europa e nos Estados Unidos que ostentam em suas galerias o chamado "patrimônio mundial", mas quem em grande parte é constituído de ouro e minerais preciosos advindos de tais territórios explorados até a exaustão. E não é demais lembrar que esse mesmo patrimônio e riqueza abandonaram sua "terra natal" para servir, como baú do tesouro pirata, aos mesmos países que agora fecham suas portas. O outro risco seria o de não assistirmos a nenhuma declaração papal atestando a devolução do espólio colonial. Afinal, quem se responsabilizaria pela devolução de todo o ouro colonial "esquecido" dentro de igrejas, basílicas e mosteiros?

